



FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO SERVIÇO SOCIAL:
CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA
E PRESENTES DESAFIOS

ELAINE CRISTINA NARCIZO

Mestranda em Serviço Social pela Unesp-Franca. Especialista em Dança, Teatro e Música para educadores. Atriz e poeta.

Contato: elainenarcizo@yahoo.com.br

FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO SERVIÇO SOCIAL: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E PRESENTES DESAFIOS

Elaine Cristina Narciso

RESUMO: A formação profissional em Serviço Social, hoje, enfrenta múltiplos desafios relacionados tanto às questões de ordem estruturais como às demandas que se criam no interior da própria profissão e que dizem respeito ao desenvolvimento crítico da mesma. O presente artigo, com base em literatura importante para a profissão, procura realizar uma reflexão que contemple estas questões e aponte perspectivas inseridas no processo de formação profissional do Serviço Social.

Palavras-Chave: Serviço Social; Formação Profissional.

PROFESSIONAL FORMATION IN SOCIAL WORK: HISTORICAL CONTEXTUALIZATION AND PRESENT CHALLENGES

ABSTRACT: Currently, professional formation in Social Work faces multiple challenges related to both issues of structural order, as the demands that are created within the profession itself and which relate to the critical development of the same. This article, based on important literature for the profession, conducts a reflection that addresses these issues and point prospects inserted into process of the formation of social work.

Keywords: Social Work; Professional formation.

1. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Compreender as exigências postas à profissão hoje, passa por analisar, ainda que de forma breve, as profundas alterações do mundo do trabalho e a reforma do Estado advindas da

crise do capitalismo nos anos de 1970, porque foram estas mudanças que formularam as novas configurações da sociedade e, portanto, instituíram novas exigências a formação profissional no sentido desta responder a este contexto ora reforçando o instituído, ora forcejando formas de efetivar os direitos sociais conquistados. Portanto, realizar uma contextualização histórica, nos dá a garantia de continuar perseguindo o objetivo de alcançar por meio de nossas análises, a perspectiva da totalidade, através do desvendamento de mediações que apontem a articulação entre a história e as possibilidades e limites inscritos em cada contexto histórico. Assim, seguir-se-á uma breve exposição acerca dos fundamentos históricos do Serviço Social.

A partir dos anos de 1930, o Brasil passa por um intenso processo de industrialização, fenômeno que teve como uma de suas conseqüências o agravamento da questão social. O governo ditatorial de Getúlio Vargas buscava através de sua característica política populista garantir o consenso social necessário para que o desenvolvimento social se mantivesse intacto e assim legitimar o *status quo* vigente.

Segundo Netto (1996), o Serviço Social, surge, portanto, como resposta conservadora do Estado e:

Emergindo como profissão a partir do background acumulado na organização da filantropia própria à sociedade burguesa, o Serviço Social desborda o acervo das suas protoformas ao se desenvolver como um produto típico da divisão social (e técnica) do trabalho da ordem monopólica. Originalmente parametrado e dinamizado pelo pensamento conservador, adequou-se ao tratamento dos problemas sociais quer tomados nas suas refrações individualizadas (donde a funcionalidade da psicologização das relações sociais), quer tomados como sequelas inevitáveis do 'progresso' (donde a funcionalidade da perspectiva 'pública' da intervenção) - e desenvolveu-se legitimando-se precisamente como interveniente prático-empírico e organizador simbólico no âmbito das políticas sociais. (NETTO, 1996, p. 18)

É neste cenário, inserido num espaço político que busca primordialmente o consenso social como medida para atender aos interesses da burguesia que tentava desarticular a classe operária, imolado pelas relações trabalho-capital que surge o Serviço Social no Brasil, sendo diretamente vinculado à Igreja e fundamentado na Doutrina Social da Igreja, como extensão da Ação Católica, vinculado a um projeto de re-cristianização da sociedade. Registra Silva (2008), que:

São inegáveis os vínculos conservadores da profissão desde a sua origem, marcada pelo capitalismo na era dos monopólios e pela agudização da questão social reconhecida, no caso brasileiro, pelo modelo urbano-industrial, claramente assumido no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e pela tendência crescente da Igreja Católica - nessa mesma época - em 'recriar' a sociedade apoiando-se na modernização das ações leigas. (SILVA, 2008, p. 2)

Em síntese, a formação profissional do assistente social neste período, era influenciada pelo modelo Franco-Belga, centrada em uma perspectiva conservadora limitada a questões morais e pessoais do indivíduo, tendo como base os princípios neo-tomistas. Situando-se no processo de reprodução das relações sociais, sendo visto como medida auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e meio organizado e institucionalizado de difusão da ideologia dominante entre a classe operária, já que esta apresentava um crescimento acelerado e ameaçador.

Seguindo a proposta de ampliar a formação técnica especializada para a difusão da doutrina social da Igreja, em 1936 é criada a primeira escola de Serviço Social do Brasil em São Paulo.

A hegemonia do pensamento europeu foi por conta de mudanças macro políticas advindas da reorganização mundial no pós-guerra, gradativamente sendo substituída a partir de 1945 pela influência norte-americana. Neste momento, ainda sob a influência da Igreja Católica, o Serviço Social importou os métodos de “Caso, Grupo e Comunidade”, na tentativa de estabelecerem-se metodologias e procedimentos mais precisos para os fins colocados.

No entanto, a partir de 1960, década de efervescência social e política no território latino-americano numa conjuntura política e econômica marcada pelo aprofundamento das questões sociais, inicia-se no Brasil e na América Latina o desenvolvimento de uma perspectiva de questionamentos críticos ao Serviço Social chamado “tradicional”.

É diante desse processo de revisão do posicionamento do Serviço Social frente à sociedade, tendo como pano de fundo os questionamentos críticos postos pela própria sociedade e por meio da organização da sociedade civil, dos movimentos sociais, dentre outros, que a categoria profissional foi impulsionada ao movimento de Reconceituação, que colocava em xeque a direção social da profissão (ainda não formulada nestes termos) o que passava pelo questionamento acerca da metodologia, objetivos e conteúdo da formação profissional.

Mas, foi a partir da ditadura militar que o desenvolvimento e avanço dessa vertente crítica dentro do Serviço Social sofreram considerável impacto, se estagnado, haja vista o clima repressor e altamente punitivo que se instituiu no decorrer deste período, marcado por perseguições políticas àqueles que de alguma forma ousavam criticar o sistema ditatorial. O que se seguiu então foi a execução de um debate profissional centrado numa visão cientificista e tecnicista das questões teórico-metodológicas numa clara adesão ao projeto desenvolvimentista, proposta esta conhecida como a vertente **Modernizadora**, podendo ser entendida como:

um esforço no sentido de adequar o Serviço Social, enquanto instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado no marco de estratégias de desenvolvimento capitalista, as exigências postas pelos processos sócio-políticos emergentes no pós-64. (NETTO, 1996, p. 154)

É somente a partir da década de 1970 que alguns segmentos da profissão retomam o debate a cerca da dimensão política da profissão, apontando para o rompimento da suposta neutralidade da profissão e estabelecendo a necessidade de um posicionamento político. Aqui, observa-se então a aproximação da teoria social de Marx.

O aprofundamento dessa ordem societária (necessariamente contraditória), marcada pela modernização conservadora do país ao longo das décadas de 40, 50, 60 e 70 do século XX, impôs à profissão uma revisão do 'Serviço Social tradicional', manifestada no chamado 'processo de reconceituação', que, com todos os seus limites, teve o mérito de recolocar questões centrais para o Serviço Social: a formação profissional (nos seus aspectos teóricos, metodológicos, técnico-instrumental e interventivo), a interlocução com outras áreas do conhecimento, a importância da pesquisa e da produção de conhecimentos no âmbito da profissão, entre outros aspectos. Esse rico contexto permitiu um debate mais intenso sobre as diferentes orientações teóricas na profissão (para além da Doutrina Social da Igreja), desencadeando uma interlocução com matrizes do conhecimento presentes nas Ciências Sociais. (SILVA, 2008, p. 2-3)

É a partir deste período que a discussão a cerca da formação profissional passa a ser objeto de amplo debate no interior da profissão, já que era a formação profissional que atenderia a necessidade dos novos pressupostos colocados em questão.

Assim, iniciou-se nacionalmente um amplo debate coordenado pela Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social - ABESS (hoje Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS) que culminou no *currículo mínimo* de 1979, associado ao avanço do primeiro doutorado em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica - PUC de São Paulo em 1981.

A ruptura com a herança conservadora expressa-se como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do Assistente Social, que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca-se colocar-se, objetivamente a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade. (IAMAMOTO, 1996, p.37)

No entanto, a partir dos anos de 1980, com a minimização do papel do Estado, há o acirramento da desigualdade social e é posto na ordem do dia a necessidade de se redefinir o projeto de formação da profissão, observando as novas demandas colocadas pela nova configuração social, sendo este cenário observável nos dias de hoje.

Nesse contexto onde o capitalismo “busca saídas para seus próprios limites”, segundo Koike (2009), refletir sobre o processo educativo e formativo dos Assistentes Sociais requer uma avaliação cuidadosa desse estágio do capitalismo, do significado da profissão na divisão sócio técnica do trabalho, de seus vínculos com a realidade concreta e com a opção política que os sujeitos da profissão imprimem ao projeto profissional e societário.

Na década de 1980 inicia-se um ataque brutal sobre os Estados de capitalismo periférico, efetivado por um amplo processo de ajuste e reformas que rebatem pontual e negativamente nas políticas sociais, o que se estende, evidentemente, às políticas públicas de educação, afetando também a formulação educacional das instituições públicas e privadas de ensino.

Segundo Bering (2003), o contexto do neoliberalismo no Brasil e no mundo, por meio de sua natureza regressiva, promove a desregulamentação de direitos e o corte dos gastos públicos na área social, objetivo este gerido por organismos transnacionais como o Banco Mundial, fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do comércio e Banco Interamericano do Desenvolvimento – BIRD, que se constituem em,

instituições oficiais, semi-oficiais ou privadas encarregadas de conduzir a política de controle global das finanças, da educação, da pesquisa científica, da inovação tecnológica, dos meios de comunicação em massa, do emprego extra-nacional, das políticas, das forças armadas e mesmo dos governos. (FERNANDES, 2002, p. 24)

Segundo Antunes (1999) o mundo do trabalho, por conta da reestruturação do capitalismo, é acometido pela desregulamentação das formas de trabalho, reduzindo o trabalho estável, promovendo sua terceirização e precarização através de subcontratos. Podendo ser observado o aumento do trabalho feminino em condições de superexploração (HIRATA, 2007), exclusão de jovens e pessoas com mais de quarenta anos.

Para atender a estas transformações, no intuito de sustentar este modo de produção, é necessário imprimir novos perfis sócio-profissionais. Para atender esta necessidade, Vasconcelos (2000) aponta o surgimento de conceitos como “capital humano”, “capital individual”, que priorizam formas individuais de obtenção de qualificação e competência profissional para o êxito social, deslocando a oportunidade de trabalho para a competência individual, responsabilizando o indivíduo pelo sucesso ou fracasso de sua trajetória profissional.

As transformações societárias advindas deste processo que teve sua “agudização” nos anos de 1990 suscitam de forma geral, segundo Oliveira (2003), “novas exigências a prática profissional, aos processos de formação e aos sujeitos da profissão”, o que evidentemente atravessa o Serviço Social como um todo e coloca a formação profissional nos limites do campo da resistência e, portanto, no enfrentamento deste contexto, ou, por outro lado, como já

observado na história do Serviço Social, no espaço de uma resposta eficaz e utilitarista para manutenção desta ordem.

2. FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

No Brasil, a atual configuração pedagógica da formação profissional é dada pela Constituição de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 93093 de 20/12/1996).

O processo de adequação do sistema educacional às necessidades de resposta ao capital e sua crise contemporânea se desenrola na contrarreforma do Estado no Brasil na década de 1990. Dentro de um “amplo processo regressivo as políticas sociais públicas, são entregues aos negócios privados” (BERING, 2003), e a educação superior aparece como um dos mercados mais promissores ao lucro.

Quanto a Universidade Pública, como parte desta estratégia, é alocada no espaço da esfera mercantil, como por exemplo, a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) em 2005, instituindo o ensino a distância (EaD). A lógica que atravessa esta concepção é de que o mercado democratiza o acesso e a tecnologia, por meio do Ensino a Distância assegurando a inserção social, num claro processo de mercantilização da educação.

Na mesma esteira, também podemos apontar o Programa de Reestruturação das Universidades Federais – REUNI de 2007, que objetiva primordialmente o aumento indiscriminado no número de vagas ofertados nas Universidades Federais, numa perspectiva de otimização dos recursos já existentes, sem levar em consideração o contexto de descaso crônico público, precarização e crise institucional que a Universidade Pública já enfrenta.

Seguindo a mesma lógica de ampliação do ensino superior a todo custo, ocorre a expansão do ensino superior em condições de infraestrutura precária, quadros docentes e técnico-administrativos insuficientes, ausência de políticas de assistência estudantil e plano de qualificação docente. Como fato concreto que expressa esta precarização podemos apontar a greve das Universidades Federais no ano de 2012, que contou com adesão num nível nacional e que teve como principal reivindicação a melhoria das condições de trabalho; melhoria na estrutura física, que não comporta minimamente a demanda atual e reposição salarial dos servidores que há anos estão com salários gravemente defasados.

Koike (2009) aponta que a expansão prevista ameaça ainda mais a qualidade de formação e da produção do conhecimento com a efetivação de um “aulismo” em oposição à construção radical do conhecimento, transformando as Universidades Federais em “escolões pós-médios”, onde estas se transformam em emissoras de certificados de mérito duvidoso.

A idéia de que a “democratização” da educação passa pelo investimento do setor privado em detrimento do investimento público, rebate num crescimento de instituições privadas representando um claro projeto educacional que privilegia os interesses econômicos de determinada classe social.

A maioria das entidades privadas tem se pautado na criação de cursos que envolvem pouco risco econômico, como administração, pedagogia, direito, serviço social, em detrimento de cursos mais caros, em relação a sua manutenção como medicina e odontologia, além de atividades mais complexas como pesquisa, pós-graduação e extensão.

No entanto, a formação profissional dos Assistentes Sociais, pensada a partir deste contexto, assume perspectivas distintas e colidentes com as concepções hegemônicas de educação referidas acima.

O projeto pedagógico que a profissão vem construindo, cuja marca é o Currículo/82 seguido das atuais *Diretrizes Curriculares*, vincula-se a concepção de Educação e de sociedade perseguindo a possibilidade de uma nova forma de sociabilidade, sem exploração de qualquer espécie, supondo com isso a erradicação “de todos os processos de exploração, opressão e alienação,” princípios estes balizadores do *Código de Ética do Assistente Social* baseados em uma concepção emancipatória que: “não está na origem da profissão e nem se fez de forma espontânea, mas que se deram tecidas nas lutas sociais que subsidiaram as condições sócio-políticas que possibilitaram aos assistentes sociais estruturar seu projeto profissional”. (IAMAMOTO, 1992, p. 31)

É no contexto de contrarreforma nos anos de 1990 que se consolida este projeto, encabeçado e sob a coordenação de suas entidades representativas – CEFESS, CRESS, ABESS, ENESSO – que realiza amplo debate crítico junto categoria, sobre as alterações do mundo do trabalho, da questão social e do Estado, onde a categoria inicia um amplo debate crítico.

Assim, a reformulação do Código de Ética, somado a Lei Orgânica da Assistência Social e a Lei nº 8.662/93 que regulamenta e estabelece as atribuições e competências privativas da profissão, conformam o projeto societário que atravessa o projeto profissional.

Também, com a elaboração do novo Currículo Mínimo (1996) que formaliza a reforma educacional em curso (sob a nomenclatura de Diretrizes Curriculares) tem-se um componente das bases dos projetos pedagógicos orientados pelo imperativo da afirmação do projeto profissional, através da afirmação de uma formação profissional com flexibilidade e rigor teórico.

As diretrizes estão articuladas por núcleos, os quais se desdobram em matérias e estas em disciplinas e demais componentes curriculares, sendo contempladas as dimensões investigativas e interventivas, onde o pluralismo é considerado uma prática do debate

acadêmico e de disputa de projetos societários. É a interdisciplinaridade e indissocialidade entre ensino, pesquisa e extensão (que possibilita maior convivência acadêmica entre os sujeitos envolvidos – professores, alunos e comunidade) que se busca garantir uma perspectiva de amplitude a aprofundamento da relação entre teoria e prática. O estágio aqui é considerado momento privilegiado da construção da identidade profissional e a ética, o elemento transversal que perpassa todo o desdobramento curricular.

Segundo Koike (2009), esta concepção pedagógica proporciona referencial teórico-prático que fomentam a compreensão do movimento da reprodução social para além da questão social, assentando a dinâmica do ensino-aprendizado na dinâmica da vida social, dando materialidade à teoria.

No entanto, a existência de limites e problemas postos a esta propostas apresentam-se como desafios concretos hoje. Questões como a instrumentalização, trabalho e Serviço Social, pesquisa metodológica, estágio supervisionado, relação prática e teoria, avanço na discussão do pluralismo e do adensamento teórico, colocam-se como fonte de recorrentes debates que apontam para a necessidade de se debruçar de forma mais sistemática sobre estes aspectos a fim de elucidar algumas categorias destes, o que indica que o projeto profissional está em permanente construção.

Faz-se necessário apontar a ofensiva em que este projeto de formação vem sendo submetido, que extrapola os limites internos do Serviço Social e que coloca em xeque o próprio projeto profissional.

O esvaziamento das Diretrizes Curriculares por parte do Ministério da Educação (BOSCHETTI, 2004) ao suprimir os princípios e conteúdos das matérias (precisamente o norte do projeto) e retirar o conteúdo sobre a questão social entendida como fruto da contradição entre capital e trabalho, deixou as unidades de ensino sem referência, ficando a mercê das mesmas, a apreensão da direção e da lógica curricular. No contexto do “empresariamento da educação, isto se traduz em simplificação e aligeiramento do processo formativo” (BOSCHETTI, 2004).

Nesse sentido, o desconhecimento das questões vinculadas à apreensão da lógica curricular compromete a execução de formação profissional integral, fragilizando seus aspectos teóricos, pedagógicos e organizativos, visto que, estes componentes devem articular-se com a teoria social crítica, com a pesquisa por meio de estudos avançados no nível da pós-graduação, da aproximação com classe trabalhadora, da interlocução com a dinâmica social deste contexto histórico e com as demandas subjacentes ao trabalho profissional.

3. CONCLUSÃO

Diante desta conjuntura onde profundas mudanças sociais, econômicas, culturais e políticas marcam o tecido da sociedade, o Serviço Social é atravessado como um todo e é chamado a responder às novas demandas emergidas desta dinâmica (OLIVEIRA, 2003).

E neste processo, a formação profissional no Serviço social representa um grande desafio destacando-se a necessidade de (re) pensar os novos rumos da educação para o século XXI, com base nas transformações do perfil profissional frente o mercado de trabalho e do perfil docente e discente (OLIVEIRA, 2003), já que, pensar a formação profissional no presente é, ao mesmo tempo, fazer um balanço do debate recente do Serviço Social indicando temas a serem desenvolvidos, pesquisados e estimulados para decifrar as novas demandas que se apresentam ao Serviço Social (IAMAMOTO, 1998, p.169).

As mudanças no mundo do trabalho incidem diretamente nas condições e relações do trabalho do assistente social, constituindo-se da terceirização do serviço, da necessidade do profissional polivalente, da subcontratação, do baixo poder salarial, da ampliação de contratos temporários polivalentes originando mudanças no perfil profissional.

Considera-se que a formação profissional do Serviço Social tem como referência básica o homem como ser histórico de uma realidade [...] daí a relevância de conhecer o contexto social, a dinâmica das instituições vinculadas à sociedade civil e/ou sociedade política e suas articulações, bem como os conhecimentos e as relações dos distintos extratos da sociedade [...] a formação acadêmica pressupõe: 1) um conhecimento básico enfatizando a ciência do homem e da sociedade; 2) um conhecimento profissional dos fundamentos teóricos do Serviço Social e suas relações com esses sistemas. (ABESS, 1997, p. 96-97).

Segundo Oliveira (2003), hoje, a necessidade é de um profissional que tenha competência para negociar projetos profissionais nos espaços sócio-ocupacionais e assim propor ações que materializem direitos da população usuária. Estes aspectos remontam ao redimensionamento da própria formação profissional, segundo a autora.

Para tanto, a formação profissional deve proporcionar um aprendizado que possibilite a construção de um profissional dotado de competência teórico-crítica, alicerçado numa base teórica substantiva que componha suas expressões teórico-práticas com o Serviço Social, resvalado em uma competência técnico-operativa comprometida politicamente com o projeto profissional.

REFERÊNCIAS

ABESS - **Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social. Formação profissional: trajetórias e desafios.** Cadernos ABESS nº 7. São Paulo: Cortez, 1997. 168p.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Expressões políticas da crise e as novas configurações do Estado e da Sociedade Civil.** In Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2003.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo.** Brasília, DF: GESST/SER/UNB, 2004.

FERNANDES, Maria Teresa Palma. **A Cidadania Esboço histórico.** Trabalho apresentado na Fundação Mário Soares. Curso: Educação para a Cidadania. Lisboa, 2002. Disponível em: <http://www.proformar.org/et/produtos/cidadania>. Acesso em: 04.out.2007

HIRATA, Helena. **Organização trabalho e gênero.** São Paulo: SENAC, 2007.

KOIKE, Maria Marieta. **Formação Profissional em Serviço Social: exigências atuais.** In **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

NETTO, J. P. **Transformações Societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil.** In Revista Serviço Social & Sociedade, N° 50, São Paulo, 1996.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos.** São Paulo. Cortez, 1992.

_____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 1998. 326p.

OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva. **A centralidade do estágio no processo de formação profissional em serviço social.** Franca, 2003, 178p. Tese (Doutorado em Serviço Social) UNESP.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Serviço social e contemporaneidade: afirmação de direitos e emancipação política?** Revista Ciências Humanas, UNITAU, v. 1, n. 2, 2008.

VASCONCELOS, Ana Maria. **O trabalho do assistente social e o projeto hegemônico no debate profissional.** CAPACITAÇÃO em serviço social e política social: o trabalho do assistente social e as políticas sociais. Mod. 4. Brasília, DF: Ed. UNB, 2000.